

A crítica só vê quando se vê e só é profunda quando mergulha as suas raízes no objecto que critica. Daí a necessidade de submeter a um escrutínio rigoroso as concepções dominantes nas ciências sociais, confrontando-as com as especificidades do processo social português a caminho do socialismo.

*do Editorial*

A crise mundial do capitalismo e a luta por uma nova ordem económica internacional continuam na agenda política dos diferentes países e organizações internacionais. O que está basicamente em causa é a impossibilidade de se manterem os níveis de expansão económica das décadas anteriores sem que ocorram profundas transformações, não só a nível económico, como também a nível social, político e ideológico, transformações essas que, embora combinadas à escala mundial, serão diferentes de país para país, consoante estes se situem na área do capitalismo central, semi-periférico ou periférico. Sendo o presente um período de crise é também um período de procura de alternativas e quanto mais profunda é a crise mais radicais são as alternativas propostas e as estratégias que as têm por objectivo.

O artigo de Ivan Illich, o seu mais recente trabalho — tendo, provavelmente, neste número da nossa Revista, a sua primeira publicação mundial — é, acima de tudo, a denúncia eloquente da crise em que está mergulhada a sociedade contemporânea, uma crise tanto mais profunda quanto atinge, ainda que de modo desigual, tanto o mundo capitalista como o mundo socialista em sua conformação actual. Segundo Illich, esta crise reside no paroxismo do produtivismo tecnológico, gerador da obsessão mercantilista e consumista e do centralismo autoritário os quais, conjuntamente, engendram a degradação da liberdade individual e a dependência estrutural dos países menos desenvolvidos.

Ainda no contexto da crise, mas com maior especificação, os artigos de M. Moreira Alves e de A. Sousa Ribeiro ilustram as transformações políticas em curso nos países capitalistas dependentes e avançados, respectivamente. E revelam também que a combinação, à escala mundial, destas transformações é sobretudo visível no decurso de um longo período histórico; num dado momento,

o fenómeno mais visível pode até ser uma certa descombinação ou dessincronia entre as transformações. Assim, por exemplo, enquanto no Brasil se assiste a uma relativa abertura do regime político, na Alemanha Federal assiste-se à crescente restrição dos direitos democráticos. Será real esta dessincronia? E, sendo-o, será, porventura, parte integrante de sincronias mais amplas?

É hoje sabido que o «milagre brasileiro» depois de 1964 foi o produto do sangue, suor e lágrimas do operariado e do campesinato brasileiros, vertidos na engrenagem de um modelo político autoritário de forte componente fascista. Este modelo deixou agora de garantir a reprodução das condições da acumulação capitalista e por isso se abriu o processo de transição para outro regime político, um processo complexo e contraditório que o bloco no poder pretende manter sob controle. Precisamente, Moreira Alves adverte-nos de que, contrariamente ao que pode resultar de aparências, por vezes, eloquentes, os esforços da burguesia para controlar a transição são muito mais sistemáticos e eficazes do que à primeira vista se pode pensar. Ao contrário do brasileiro, e sobretudo devido à conjuntura específica do pós-guerra, o «milagre alemão» pode ter lugar em regime de democracia política. Também este regime apresenta hoje sinais evidentes de exaustão. Se a burguesia brasileira pretende manter o controle da liberalização do regime, a burguesia alemã pretende manter o controle do regime liberal, o que só consegue à custa da crescente desfiguração deste no sentido autoritário.

Como se disse, a situação de crise é também propiciadora da busca de alternativas de transformação radical da sociedade presente. A esta luz se deve ler o artigo de Illich. São conhecidas as suas ideias bem como as críticas que lhes têm sido feitas. Não é este o momento de analisar umas e outras em pormenor. Esperamos fazê-lo num dos próximos números da *Revista Crítica*. Basicamente, Illich procura demonstrar neste artigo — em que, aliás, responde a algumas das críticas mais recentes — que a saída para a sociedade obcecada pela produção de mercadorias só pode estar num projecto de sociedade assente na produção autónoma de valores de uso, isto é, de utilidades reais (por oposição a valores de troca, transaccionados no mercado e de utilidade susceptível de ser manipulativamente criada). Este projecto só faz sentido enquanto estratégia socialista carregada pelas forças sociais que nela têm interesse directo. Não o dizer explicitamente é ser responsável por uma certa abstracção e ambiguidade, e a essa responsabilidade não se furta, por vezes, Illich. Mas não restam dúvidas de que as suas teses estão ligadas às estratégias de transformação socialista da sociedade, e sobretudo às que se reclamam do socialismo autogestionário. No fundo, do que se trata é de construir a ponte (sempre frágil) entre as ideias socialistas e as estratégias políticas que as procuram realizar. Destas estratégias se dá notícia neste número (ver notícia do seminário realizado no Instituto de Estudos do Desenvolvimento da Universidade de Sussex), e na análise delas, das suas vicissitudes e dos seus limites, se deve incluir o artigo de Afonso de Barros sobre a reforma agrária em Portugal pós-25 de Abril. Correspondo a uma aspiração profunda dos camponeses pobres do Alentejo e resultando da sua iniciativa, a reforma agrária foi colocada no centro das trans-

formações socialistas tentadas em Portugal durante o período revolucionário. A importância do artigo de Afonso de Barros está em apontar lucidamente os limites estruturais da reforma agrária em Portugal e, por implicação, a fragilidade do centro de transformação socialista que ela quis constituir. No seu artigo, sem dúvida polémico, Pedro Cavalcanti constata que uma das dificuldades das alternativas historicamente constituídas é o estarem ligadas a movimentos internacionais que lhes podem desfigurar a autenticidade e as porem na prática ao serviço dos interesses de países ou regiões dominantes.

---